



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

MAÍRA DE ALCÂNTARA TENORIO

**PERCEÇÃO DOS MORADORES ACERCA DOS IMPACTOS DO TURISMO NA
ALTA TEMPORADA DA COMUNIDADE CAIÇARA DA PONTA NEGRA**

**OURO PRETO
2023**

MAÍRA DE ALCÂNTARA TENORIO

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES ACERCA DOS IMPACTOS DO TURISMO NA
ALTA TEMPORADA DA COMUNIDADE CAIÇARA DA PONTA NEGRA**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção de título de Bacharel em Turismo
pelo Departamento de Turismo – UFOP

Orientador: Prof. Dr. Marcos Eduardo Carvalho
Gonçalves Knupp

Co-orientadora: Prof. Dra. Suzana Fernandes de
Paula

OURO PRETO
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

T295p Tenorio, Maira de Alcântara.
Percepção dos moradores acerca dos impactos do turismo na alta temporada na comunidade caiçara da Ponta Negra. [manuscrito] / Maira de Alcântara Tenorio. - 2023.
66 f.: il.: color., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp.
Coorientadora: Dra. Suzana Fernandes de Paula.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Turismo - Alta temporada. 2. Comunidades - Caiçara de Ponta Negra. 3. Paraty (RJ). I. Knupp, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves. II. de Paula, Suzana Fernandes. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maíra de Alcântara Tenorio

Percepção dos Moradores Acerca dos Impactos do Turismo na Alta Temporada da Comunidade Caiçara da Ponta Negra

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Aprovada em 24 de agosto de 2023.

Membros da banca

Dr. Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. - Suzana Fernandes de Paula - Co-orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. - Solano de Souza Braga - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. - Bruno Pereira Bedim - Universidade Federal de Ouro Preto

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/09/2023, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0585640** e o código CRC **ADD1BFAB**.

AGRADECIMENTO

São tantos os que fizeram parte da minha jornada contribuindo de maneira positiva, me fazendo evoluir e ser quem sou hoje, guardo com carinho no coração.

Aos meus pais, Jaqueline e Sérgio, maiores responsáveis pela minha formação na Universidade Federal, pela paciência e sempre acreditarem em mim, incentivando e proporcionando o melhor

Aos meus tios, Sil, Sandra, Tércio e Luís Mauro, por serem eixo essencial na minha vida, incentivadores sem igual, por estarem sempre do meu lado. E aos meus avós por todas as mensagens de apoio e carinho e mesmo de longe, estarem presentes.

Aos meus irmãos Manu e Arthur, por serem amparo em todos nossos momentos, e me garantirem uma leveza fundamental. Às minhas amigas irmãs Gabi e Martina, por serem presentes nos momentos alegres e o consolo nos momentos aflitivos.

Às amigas do turismo, Ana Paula, Manami e Giovanna, pela conexão e irmandade durante toda nossa graduação, e Greice, também pelo auxílio que me deu durante esse processo. Aos que também tive o prazer de conhecer, Lorena, Carol, Ivan, Iara, Stephanie e Rafa. À Empresa Junior, Completur e colegas que tive, pelos aprendizados.

À Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino público de qualidade, ao Departamento de Turismo (DETUR) e a todos os professores que me somaram conhecimento. Em especial Bruno Bedim e Solano Braga, por abraçarem meu trabalho e serem parte desta banca.

À professora Suzana Fernandes, por aceitar a me acompanhar neste capítulo final, acreditando no meu potencial, me tranquilizando e pelo comprometimento do início ao fim. E ao professor Marcos Knupp por aceitar a orientação nesse último momento.

Aos moradores de Paraty e da comunidade da Ponta Negra, que foram imprescindíveis para a realização desta pesquisa, participando e se disponibilizando a contribuir. E ao INEA que se dispôs a me instruir quando necessário.

À Secretária adjunta Sandra Barros e aos funcionários da Secretaria de Turismo de Paraty por me proporcionarem a experiência de estagiar na minha cidade de origem.

A todos os meus amigos e aos irmãos do período 19.1 que fiz em Ouro Preto, pelas vivências compartilhadas, e por terem deixado os momentos leves ainda mais leves.

E por fim, mas não menos importante, à República Volkana, minha família de Ouro Preto, todas as moradoras e ex-alunas que me acolheram e ensinaram tanto, fazendo com que tudo fosse memorável; sem vocês não teria sido o mesmo. Em especial a Barsa, Drama, Saby-Nada, Sabatina, Junin, Genti-Leza, Chuck, Lorota, Opala, Megafone, Brasa, F2, Precipitada, Doula, Bisa, Hostel, Diária, Bratz e DeLua.

“Venho de campos e matas

*Terra verde, fértil e farta.
Nossa roça a beira-mar.
Canto a pesca e canto a planta
E a vida Santa do lugar.*

*Juca acordando cedo,
Visitando cerco
E Manezinho saindo
Pra tirar taquara.*

*E nos olhos da caiçara
Um riso, uma beleza rara.
E a natureza não pára,
a É tanta estória pra contar...*

*Lá da casa de farinha
Uma voz sozinha
Vem soprando um canto
e solta pelo vento manso
nossa historia pelo ar...”*

(Trecho da canção Encanto Caiçara de Luís Perequê)

RESUMO

Todos os destinos turísticos há o período de alta temporada, que é quando são mais procurados e acabam tendo um maior fluxo de turistas. A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, localizada na cidade de Paraty, Rio de Janeiro possui dezenas de comunidades tradicionais caiçaras com trilhas e atrativos naturais cercados pelas montanhas da Serra do Mar, tendo o turismo como um dos principais ganhos econômicos. Dentre as comunidades existentes, uma das famosas entre um certo tipo de público é a da praia da Ponta Negra. Os estudos referentes a essa localidade relacionada com o turismo são quase inexistentes. Diante disto, esta pesquisa de caráter etnográfico e qualitativo buscou identificar e reconhecer tais impactos, através das percepções baseadas nas entrevistas semi-estruturadas realizadas com caiçaras moradores do município de Paraty. A partir das respostas obtidas foi possível reconhecer e entender o âmbito dos impactos e pensamento dos caiçaras acerca da atividade turística que lá ocorre.

Palavras-chave: Turismo; Alta temporada; Caiçara; Ponta Negra; Paraty

ABSTRACT

All tourist destinations have a high season, which is when they are most sought after and end up with the largest influx of tourists. Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, located in the city of Paraty, Rio de Janeiro, has dozens of traditional caiçara communities with trails and natural attractions surrounded by the Serra do Mar mountains, with tourism as one of the main economic gains. Among the existing communities, one of the most famous among a certain type of public is Ponta Negra beach. Studies on this location in relation to tourism are almost non-existent. In view of this, this ethnographic and qualitative research sought to identify and recognize these impacts, through perceptions based on semi-structured interviews conducted with caiçaras living in the municipality of Paraty. Based on the answers obtained, it was possible to recognize and understand the scope of the impacts and thinking of the caiçaras about the tourist activity that takes place there.

Keywords: Tourism; High season; Caiçara; Ponta Negra; Paraty

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MTUR- Ministério do Turismo

RBMA- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

REEJ - Reserva Ecológica Estadual da Juatinga

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TBC- Turismo de Base Comunitária

UC - Unidades de Conservação

WWF - World Wide Fund for Nature

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Praia de Antigos.....	35
Foto 02: Praia de Antigos.....	35
Foto 03: Praia de Antiguinhos.....	35
Foto 04: Praia de Antiguinhos.....	35
Foto 05: Mirante.....	35
Foto 06: Placa informativa na comunidade da Ponta Negra.....	36
Foto 07: Cachoeira do Saco Bravo.....	37
Foto 08: Cachoeira do Saco Bravo.....	37
Foto 09: Pico do Miranda.....	38
Foto 10: Pico do Miranda.....	38
Foto 11: Praia do Sono.....	40
Foto 12: Praia do Sono.....	40
Foto 13: Praia do Sono.....	40
Foto 14: Praia do Sono.....	40
Foto 15: Cairuçu das Pedras.....	41
Foto 16: Cairuçu das Pedras.....	41
Foto 17: Mariana de travessia.....	45
Foto 18: Mariana de travessia.....	45
Foto 19: Cais da Marina.....	46
Foto 20: Ponto de ônibus da Vila Oratório.....	46
Foto 21: Ponta Negra em 2005.....	47
Foto 22: Ponta Negra em 2022.....	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da REEJ.....	28
Figura 02: Página sobre a REEJ no site do INEA.....	30
Figura 03: Localização das comunidades tradicionais existentes no município de Paraty.....	33
Figura 04: Localização de Paraty, Praia do Sono e Praia da Ponta Negra.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Identificação dos entrevistados.....	50
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 TURISMO, TRANSFORMAÇÕES E RELAÇÃO COM A RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DE JUATINGA.....	19
1.1. Cronologia do ecoturismo e áreas protegidas.....	19
1.2. Unidades de Conservação – SNUC.....	24
1.3. Reserva Ecológica Estadual da Juatinga.....	27
1.3.1 Atrativos naturais respectivos a REEJ.....	31
2 TERRITÓRIO DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL COMO ATRATIVO TURÍSTICO	42
2.1. A comunidade caiçara da Ponta Negra e sua relação com o turismo.....	44
2.2. O turismo de alta temporada na comunidade: percepção perante os caiçaras.....	49
2.2.1. “É positivo? É. Por que? Porque é um turismo fixo, do cara que vai lá e vai deixar dinheiro na comunidade, um turismo mais selecionado” (Entrevistado 1).....	51
2.2.2. “O turista que entrava dentro da minha casa não era o turista de bagunça, era o turista sossegado” (Entrevistado 2).....	54
2.2.3. “Muita gente aqui trabalha de guia, levando turista” (Entrevistado 3).....	55
2.2.4. “O turismo nosso é bom porque é o de trekking, caminhada e de família” (Entrevistado 4).....	56
2.2.5. “...é uma coisa que eu me preocupo muito em especial. ” (Entrevistado 5).....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICES.....	65

INTRODUÇÃO

As obras a respeito da história do turismo mostram que não há uma origem exata definida; pode-se entender que o advento da atividade se deu de maneira natural quando os povos antigos, anos antes de Cristo, se deslocavam por algum objetivo coeso para a época. A atividade turística pode ser praticada de diversas maneiras, visto que possui muitas facetas definidas e identificadas por grupos de consumidores, cada qual com suas especificidades determinadas. Segundo o Ministério do Turismo existem: o turismo social, turismo cultural, turismo náutico, turismo rural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de esportes, turismo de aventura, turismo de pesca, turismo de negócios e eventos, turismo de saúde, turismo de sol e praia, o ecoturismo, entre outros.

Atualmente o turismo é uma poderosa atividade econômica em todo o mundo, mas nem sempre foi assim. Segundo o Ministério do Turismo (2023) o setor totalizou R\$727 bilhões, crescendo 22,7% em relação ao ano anterior. Em relação aos postos de trabalho, o setor respondeu por mais de 7,6 milhões de empregos. É uma atividade que pode possibilitar ótimos ganhos para a sociedade se bem desenvolvido, colaborando com a melhora da economia, obtenção de empregos, conservação da natureza, resgate e valorização de tradições culturais, entre outras questões. Por outro lado há o perigo dos pontos negativos serem maiores que os positivos, como: especulação imobiliária, degradação dos espaços e meio ambiente, desvalorização de uma cultura, criminalidade e inúmeros outros.

Cada localidade tem os segmentos focados para si de acordo com sua oferta e demanda. Destaca-se 'segmentos', já que os destinos não são limitados a apenas um. Entretanto, sempre há um principal segmento que gera grande parte da renda local, mas que é determinado pela sazonalidade, visto que há períodos de alta e baixa temporada.

Pode-se dizer que Paraty, localizado na Costa Verde do Rio de Janeiro, é um município em que os principais segmentos são o turismo de Sol e Praia e Cultural, entendendo que pela característica de ser um destino litorâneo que agrada grande parte dos turistas, costuma ter sua alta temporada nas férias de verão, fim e início de ano, e por ser o primeiro sítio misto do Brasil na lista do Patrimônio Mundial

Reconhecido pela Unesco. Não obstante, o município, com suas inúmeras paisagens naturais, possui notoriedade quando se trata de ecoturismo.

O turismo de Sol e Praia representa um forte segmento da atualidade, sendo um dos principais atrativos, principalmente nos países tropicais. No Brasil, este segmento surgiu no Rio de Janeiro, posteriormente se expandindo para o resto do país, e hoje tendo o Nordeste como destino principal. Se constitui das atividades relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor (MTUR, 2023).

O Ecoturismo, introduzido no Brasil no final dos anos 80, foi ganhando força com a criação da primeira iniciativa do país a fim de direcionar o segmento, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Este segmento da atividade turística utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTUR, 2023).

A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga é uma área de proteção que é repleta de trilhas e comunidades caiçaras. Assim, recebe centenas de visitantes ao longo do ano. As comunidades recebem esses turistas, que querem se hospedar em um ambiente mais tranquilo em contato com a natureza. A comunidade da Ponta Negra é ponto de partida e de passagem dos diversos atrativos da REEJ, além de ser por si própria um atrativo. O território conta com uma pequena praia e tem uma estrutura que conta com campings, casas para aluguel e restaurantes a fim de receber e atender o turismo.

Foi realizado um levantamento bibliográfico, além de ir a campo e aplicar entrevistas através de um roteiro informal para que os entrevistados se sentissem à vontade e pudessem responder da forma mais natural possível. A autora também elaborou uma pequena entrevista estruturada e entrou em contato com o INEA por e-mail, a fim de obter mais informações, as quais teve dificuldade de encontrar nas referências (Apêndice 2). Mediante isso, o foco da análise da pesquisa foi qualitativa e buscou entender o comportamento do fenômeno e os motivos. Salienta-se que não houve aplicação de questionários, coleta de informações por meio de análise de

estatísticas, percentuais e gráficos, ou seja, não cabe aqui o método de pesquisa qualitativa.

O primeiro capítulo é composto por três subcapítulos escritos com base em referenciamento bibliográfico que aborda temas de ecoturismo, sobretudo relacionados às áreas protegidas. Primeiramente foi contextualizada a história do turismo de maneira sucinta, para introduzir a origem do turismo ecológico e depois a necessidade da criação de áreas protegidas. Também foi abordado sobre o surgimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e suas disposições para que no fim fosse exposto sobre a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga que é onde se encontra a Praia da Ponta Negra, local e motivação da pesquisa. E ainda foram apresentados alguns dos atrativos naturais presentes na REEJ, incluindo as duas comunidades tradicionais mais próximas da Ponta Negra, Praia do Sono e Cairuçu das Pedras, as quais se diferem em tamanho, estrutura, e forma como o turismo ocorre.

O capítulo dois traz inicialmente a compreensão de povos tradicionais caiçaras para que em seguida fosse possível abordar sobre comunidade caiçara da Ponta Negra e sua relação com o turismo, baseado nos referenciais teóricos e conhecimento da autora. E por fim, demonstra a metodologia, os resultados obtidos e como foi realizada a pesquisa, a partir de entrevistas semi-estruturadas com moradores da Ponta Negra e de Paraty.

As entrevistas ocorreram em períodos de tempo diferentes, porém todas dentro do período de 9 meses. Em novembro de 2022 ocorreram 4 das entrevistas. Com o entrevistado 1 o encontro foi na cidade de Paraty. Ao fazer uma visita na comunidade da Ponta Negra, a autora buscou por pessoas que se dispusessem a conversar, assim, resultando nas entrevistas 2 e 3. Com o 4, o encontro não coincidiu, então o entrevistado se disponibilizou a enviar suas respostas por escrito via Whatsapp. Com o entrevistado 5, foram realizadas 2 tentativas falhas de encontrá-lo pessoalmente, em novembro de 2022 e julho de 2023, porém, ele se dispôs a ter a conversa via chamada de vídeo ainda em julho de 2023.

A autora da pesquisa é nativa de Paraty e teve seu primeiro contato em algumas localidades da REEJ já quando criança. Com a Ponta Negra o contato se deu no final de 2020, período em que as aulas da universidade estavam online por

conta da pandemia da Covid-19, quando fez a trilha da Cachoeira do Saco Bravo, e desde então frequenta a comunidade ocasionalmente. Assim, pelo fato de não haver estudos sobre o assunto e a autora, estudante de turismo, ter esse contato com o local, se viu intrigada em compreender o funcionamento do turismo no período da alta temporada, que é quando ocorre o maior fluxo de visitantes nesta pequena comunidade, que mesmo assim permanece razoavelmente isolada, diferentemente da Praia do Sono, por exemplo, que fica na mesma região.

Diante desse desconhecimento a respeito dos impactos do turismo no período de alta temporada na comunidade caiçara da Ponta Negra, situada na REEJ, pretende-se como objetivo reconhecer os impactos que tal atividade causa, levando em conta as percepções de caiçaras que lá vivem. Sendo a terceira comunidade mais povoada da REEJ (INEA, 2023), com menos de 300 moradores, a praia Ponta Negra recebe turistas e tem seu período de alta temporada.

1 TURISMO, TRANSFORMAÇÕES E RELAÇÃO COM A RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DE JUATINGA

1.1. Cronologia do ecoturismo e áreas protegidas

A história do turismo não é recente e nem única, muito pelo contrário, as obras que abordam a existência da temática são bem diversificadas e tratam a atividade a partir de diversas perspectivas. De acordo com Amaral Junior (2008):

Em 2700 a.C., o povo do Egito ergue as primeiras pirâmides (Djoser, Esfinge, três de Gisé e as de Abusir), as quais atraíam pessoas por razões de curiosidade, religião ou simples diversão. Se estes são os primeiros registros motivadores de viagens na história, como segundo, obtêm-se dos deslocamentos visando à aquisição de souvenirs para presentear amigos e familiares. O mensageiro do Faraó do Sudão, Harkhuf, foi o pioneiro desta nova faceta das viagens. Os Egípcios também se deslocavam, agora em 1800 a.C., por motivos de celebrações e festivais, sendo os mais populares da época, os de: Busastis, Busiris, Said e Heliopolis. (AMARAL JUNIOR, 2008, p.35)

O autor ainda traz que o surgimento também está associado ao motivo esportivo, já que os primeiros Jogos Olímpicos ocorreram na Grécia Antiga em 776 a.C., e com eles a necessidade de deslocamento, estimando que alguns deles tenham atraído cerca de 200.000 pessoas. Houve também as viagens marcadas pela religião, a partir do ano 326 da Era Cristã. Peregrinações que levaram cristãos a Roma e Jerusalém e maometanos a Meca, principalmente após o século VI, e que portanto se intensificaram na Idade Média.

[...] em particular quando da queda do Império Romano em 476 e o início das peregrinações à cidade de Santiago de Compostela, ao norte da Espanha, onde está o túmulo de São Tiago Maior, descoberto em 813. A partir da fundação da Ordem Militar de Santiago no século XI, as peregrinações se popularizaram e se intensificaram na cidade espanhola. Não obstante, no mundo oriental também ocorriam peregrinações por motivos religiosos a lugares santos promovidas pelos hindus, budistas, muçumanos e demais crenças (AMARAL JUNIOR, 2008, p.37).

Os séculos marcados pelas grandes navegações, busca de novos territórios e progresso da ciência podem ser considerados outro motivo pelo impulsionamento das longas viagens feitas pelos continentes. Após a Revolução Industrial na

Inglaterra no século XVIII, de onde surgiram os navios movidos a vapor, a urbanização e as horas de trabalho controladas e limitadas, o turismo na era moderna obtém impulsos significativos além das descobertas dos mapas de navegação (AMARAL JUNIOR, 2008). Ademais, o transporte de mercadorias e pessoas pelo Reino Unido, ampliou-se pelo surgimento das ferrovias que permitiam que as principais cidades britânicas se ligassem no século a partir do século XIX (NAKASHIMA *et al.*, 2015).

Dias (2003) afirma que o turismo é uma atividade econômica que se desenvolveu com as características atuais - como fenômeno de massas - em decorrência do desenvolvimento propiciado pela Revolução Industrial.

Em suma, a origem histórica do turismo pode ser resumida segundo as palavras de Octavio Ianni, “..a história dos povos está atravessada pela viagem, como realidade ou metáfora. Todas as formas de sociedade, compreendendo tribos e clãs, nações e nacionalidades, colônia e impérios, trabalham e retrabalham a viagem, seja como modo de descobrir o ‘outro’, seja como modo de descobrir o ‘eu” (AMARAL JUNIOR, 2008, p.43).

Conforme exposto, o turismo é uma atividade complexa que tem uma longa história e não se caracteriza por apenas uma definição. Percebe-se, examinando as obras sobre o tema, que as interpretações e visões sobre o assunto são inúmeras. No entanto, sua realização está na íntegra conectada aos princípios econômicos, sociais, ambientais e culturais. Dessa forma, Amaral Junior (2008) entende como sendo:

Uma atividade social e intencional consistindo no deslocamento espontâneo e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas, para outros lugares distintos daqueles onde reside e exerce atividade remunerada. Compreende os deslocamentos sendo motivados por, desde a recreação e lazer até negócios. Inclui a soma das operações da ‘indústria’, principalmente de natureza econômica, que busca satisfazer as necessidades dessas pessoas, e dos impactos positivos e negativos que ambos, pessoas e ‘indústria’ produzem sobre os ambientes físico, econômico e social e cultural das áreas receptoras. (AMARAL JUNIOR, 2008. p.49)

Segundo Dias (2003), com o desenvolvimento do capitalismo, após a Revolução Industrial, houve o desenvolvimento da sociedade, e uma vez que a qualidade de vida melhorou consideravelmente, as populações cresceram mais do

que na época pré-industrial, fazendo com que houvesse mais pressão sobre os recursos naturais. Por volta da década de 60 e 70, membros importantes no quesito preocupação com o ambiente concluíram que era inviável o atendimento da demanda dos recursos naturais, pois estes, não sendo renováveis, poderiam condenar a raça humana à extinção em algum momento. Assim:

[...] a transição para um novo paradigma de desenvolvimento não é um processo rápido e muito menos tranquilo, e durante esse tempo a continuidade do crescimento econômico insustentável ocasionou aumento dos problemas ambientais - contaminação do ar, dos mananciais de água doce e dos mares; esgotamento de recursos naturais; efeito estufa; diminuição da biodiversidade; diminuição da camada de ozônio etc (DIAS, 2003, p.13).

O turismo segue as modificações do mundo e é afetado por elas. O turismo de massa começou a ser visto e levado em conta nos anos 70 alertando sobre os impactos ambientais provocados por esse modelo de atividade turística. Ele é caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano e constitui-se num dos maiores agressores dos recursos naturais (RUSCHMANN, 2001 apud DIAS, 2003).

De maneira antagônica ao turismo de massa, o ecoturismo, de acordo com Cândido (2003), apareceu na década de 80, sendo definida como o uso ecológico do meio ambiente pelo turismo clássico, em atividades que possam se desenvolver com critérios de mínimo impacto ambiental. Segundo Anjos (2005) a emergência das questões ambientais refletem no turismo ao final dos anos 1980 e início dos anos 90.

Os efeitos nocivos do turismo de massas ao meio ambiente e às culturas locais, com a destruição do principal elemento motivador da viagem, começam a ser questionados. A partir desses questionamentos e com a saturação do turismo tradicional, surgem novas modalidades de turismo, os quais têm como ponto em comum a bandeira pela busca do equilíbrio entre a exploração e a conservação: Turismo Alternativo e Turismo Sustentável. (ANJOS, 2005, p.42)

Então, Magalhães (2002) apud Anjos (2005) apresenta turismo alternativo como sendo todas as atividades desenvolvidas no meio natural¹, procurando satisfazer as necessidades de uma clientela com novas demandas e atender às exigências do meio ambiente. E o turismo sustentável considera atender tanto o turista como as comunidades de destino, considerando a autenticidade cultural, inclusão social, conservação do meio ambiente e qualidade dos serviços, fatores fundamentais.

Com o passar do tempo, o termo “Ecoturismo” passou a ter associação numa perspectiva mais específica, com um tipo de turismo alternativo. Cândido (2005) ainda traz na obra “Turismo em áreas naturais protegidas” quatro conceitos para a atividade turística desenvolvida em meio à natureza, devido a variedade de definições existentes:

1 - Ceballos-Lascurian (1987): conceituou Turismo ecológico como sendo "a realização de viagens para áreas naturais não-perturbadas ou contaminadas, com o objetivo de admirar, gozar e estudar a paisagem, sua flora e fauna assim como as culturas passadas e presentes em tais áreas."...

2 - Embratur/IBAMA (1987): “Turismo desenvolvido em localidades de potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza e oferecendo aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando uma consciência ecológica nacional.”...

3 - Congresso Mundial de Ecoturismo realizado em Belize, no ano de 1992: "É o Turismo dedicado ao desfrute da Natureza de forma ativa, com o objetivo de conhecer e interpretar os valores naturais e culturais existentes em estreita integração e interação com as comunidades locais e com o menor impacto sobre os recursos, sobre a base de apoiar os esforços dedicados à preservação e manejo das áreas naturais onde se desenvolve, ou daquelas prioritárias para a manutenção da biodiversidade."...

4 - Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo: "segmento da atividade que utiliza, de forma sustentável, os patrimônios natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas" (agosto, 1994) [...] (CÂNDIDO, 2005)

Se adequar e ter controle sobre as áreas mais vulneráveis e significativas em que a prática do turismo ocorre é essencial, não só se tratando do ecológico, mas também do social, uma vez que a sociedade depende dos recursos naturais provindos do meio ambiente. MMA/IBAMA (1999) apud Dias (2003) traz:

¹ Compete aqui especificar que se encaixam como tais atividades: turismo ecológico, turismo rural, turismo verde e turismo de aventura.

Uma das medidas tomadas para proteger o conjunto de ecossistemas do país e evitar a destruição ambiental foi o estabelecimento de um sistema de Áreas Naturais Protegidas que visa garantir a conservação da diversidade biológica. Essas áreas protegidas incluem as áreas de proteção permanente, as reservas legais, as reservas indígenas e as unidades de conservação (MMA/IBAMA, 1999 apud DIAS, 2003).

Segundo Meliani (2021) o turismo praticado em áreas protegidas, de maneira geral, recebe várias denominações: turismo de natureza, turismo ecológico, turismo sustentável ou ecoturismo. Ele traz ainda, que este tipo de turismo tem contradições, e no caso, se manifestam pela modificação do “valor de uso” em “valor de troca” dos espaços naturais, onde há o aumento da circulação de pessoas, valor das diárias, o preço dos serviços, incluindo o custo de vida das comunidades locais de destino turístico.

Tais áreas podem possuir delimitação ou demarcação, e de acordo com Cândido (2005), com o intuito de preservar ou conservar esses espaços é que são apresentadas definições de Unidades de Conservação com seus objetivos e formas de manuseio fundamentais para que a preservação seja efetiva.

Contudo, de acordo com Meliani (2021):

Os impactos ambientais diretos do turismo em áreas protegidas dizem respeito aos efeitos provocados pela presença dos turistas nas áreas de visitação, nas trilhas e acessos, nos locais de acolhimento, como aceleração da erosão por drenagem em trilhas, afastamento de animais silvestres, geração de resíduos sólidos e de esgotos etc.[...] O desenvolvimento do turismo nos lugares promove a chamada “turistificação” do espaço, uma forma de utilização e apropriação do espaço pelo turismo.[...] Forjada como uma espécie de marca do turismo, a imagem ecológica pode ser banalizada por meio da incontável difusão publicitária e da multiplicidade de produtos e serviços ditos ecológicos, apenas com o intuito de atrair turistas-consumidores. (MELIANI, 2021, p.86)

Dessa forma, o turismo em áreas protegidas pode gerar diversos tipos de impactos dependendo da intensidade, como a atividade é produzida e da quantidade de visitantes que recebe. Para além dos impactos ambientais, a turistificação do espaço pode causar outros efeitos negativos, já que o turismo representa uma atividade em expansão, que de um ponto de vista físico é consumidora, produtora e transformadora de espaços (Cara, 2001 apud Meliani, 2021). Outro impacto é a

gentrificação que muitas vezes pode ocorrer de maneira conflituosa, porque implica na elevação do custo de vida de populações locais e no conseqüente deslocamento dessas populações para outras áreas, pela impossibilidade econômica de continuarem a viver ali (Meliani, 2021).

Mesmo que o Brasil não seja o maior destino turístico internacional, o turismo é um segmento importante e essencial para a economia brasileira. Segundo Meliani (2021) o turismo foi responsável por 8,1% do PIB nacional em 2018 (cerca de U\$152,5 bilhões) e por 7,5% do total de empregos do país (cerca de 6,8 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil). Ademais, a demanda turística dos destinos flutua durante o ano de acordo com fatores determinantes de cada destino, e isso é chamado de sazonalidade. Segundo o MTUR (2023) a definição exata deste termo consiste na concentração das viagens em períodos determinados (férias, feriados prolongados) e para o mesmo tipo de região (verão - praia; inverno - montanha/interior). Dessa forma, os locais possuem os períodos em que o fluxo turístico é pequeno (baixa temporada), e o contrário, os períodos de grande fluxo (alta temporada).

1.2. Unidades de Conservação – SNUC

A relação das áreas naturais e conservacionismo se dá desde meados do século XX, tendo André Rebouças como um dos pioneiros, defendendo a necessidade de criar parques nacionais no Brasil, inspirado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos (PÁDUA, 2004, apud RYLANDS e BRANDON, 2005).

Ainda segundo Rylands e Brandon (2005), no âmbito das áreas protegidas, o marco legal dos parques nacionais foi estabelecido pelo Código Florestal de 1934. O primeiro parque brasileiro foi o do Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, criado em 1937. O sistema federal de unidades de conservação abrangia 14 parques nacionais e 12 florestas nacionais em 1970, sendo 0,36% das terras brasileiras. Além de 26 parques e reservas estaduais.

Pádua e Coimbra-Filho (1979) apud Rylands e Brandon (2004) afirmam que no final dos anos 70, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)

publicou seu primeiro plano para um sistema de unidades de conservação na tentativa de racionalizar 16 categorias de unidades de conservação e seus objetivos de manejo. Todavia, não chegou a ser legalizado, e até 1986 o sistema de unidades de conservação sofreu com más definições e objetivos confusos em todas as instâncias: municipal, estadual e federal.

Deste modo, após anos de desenvolvimento no segmento de leis e códigos florestais, as áreas naturais passíveis de proteção, determinadas pela Constituição brasileira, por suas características especiais, ou seja, com importante valor ecológico no território nacional, recebem a denominação de Unidades de Conservação. Segundo um documento de 2020 da Organização Não Governamental *World Wide Fund for Nature*, o Brasil possui uma porcentagem de 30,2% do território em áreas protegidas. O artigo 1º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), define UC como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção. (BRASIL, 2000)

As Unidades da esfera governamental federal são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e as das esferas estadual e municipal são por meio dos Sistemas Estaduais e Municipais. O SNUC divide as Unidades em dois grupos de acordo com objetivos de uso e manejo: Proteção Integral e Uso Sustentável. A primeira tendo como principal objetivo a preservação da natureza com uso indireto dos seus recursos naturais, sem haver consumo, ou seja, não envolve coleta de dados ou danos causados, recreação, pesquisa científica, turismo. Já as de uso sustentável, possui o objetivo de conciliar a conservação com uso sustentável e presença humana, envolvendo coleta de dados e uso dos recursos sob condição de que as práticas os mantenha renováveis e ecológicos.

É previsto, ainda, pelo órgão gerente das Unidades doze categorias, sendo cinco de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional,

Monumento Natural e Refúgio de vida silvestre. E sete de Uso Sustentável: Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e Reserva Extrativista (ICMBio,2022).

Assim, a escolha para criação das áreas não é de modo aleatório. Configurando-se de maneira mais detalhada, de acordo com Cândido (2003, p. 70-71, *itálico da autora*):

Para que essas colocações se tornem mais claras relacionaram-se, de um modo geral, os objetivos que levam à criação de uma Unidade de Conservação:

- *assegurar a qualidade ambiental*: visando à proteção e ao manejo de paisagens na busca da qualidade ambiental de espaços urbanos ou não;
- *assegurar o crescimento econômico regional*: visando a um desenvolvimento tanto urbano quanto rural, utilizando áreas naturais ou histórico/ culturais na geração de renda e emprego para a comunidade envolvida;
- *conservar belezas panorâmica*: mantendo espaços alterados ou não visando à recreação e ao turismo;
- *conservar os recursos genéticos*: conservar a variabilidade da flora e da fauna silvestres, visando tanto a pesquisa científica como a preservação de espécies com riscos de extinção;
- *conservar os recursos hídricos*: objetivo de manter e assegurar o fluxo e a qualidade da água;
- *favorecer a pesquisa científica*: disponibilizar a existência de espaços naturais onde o processo evolutivo natural possa estar preservado, viabilizando a pesquisa científica e o monitoramento ambiental;
- *manter a diversidade natural*: consiste em preservar amostras significativas da fauna e da flora no sentido de manter os processos evolutivos naturais e a qualidade do ambiente;
- *manter e produzir fauna silvestre*: com o objetivo de garantir recursos da fauna e da flora para produção de proteínas como base para atividades comerciais, industriais, turísticas e esportivas;
- *manejar os recursos florestais*: manter áreas florestais assegurando a existência e a obtenção de produtos por meio do manejo sustentado;
- *proporcionar educação ambiental*: viabilizando espaços próprios para uma educação tanto formal quanto informal ambientalmente;
- *proporcionar recreação*: desenvolver o turismo baseado nas características naturais e culturais do País;
- *proteger sítios históricos e/ou culturais*: mantendo espaços culturais e históricos visando à pesquisa científica como também desenvolver o turismo histórico-cultural. (CÂNDIDO, 2003, p.70-71)

Entretanto, cada Unidade se organiza em seu grupo e categoria específica, cada qual com suas características de acordo com usos e recursos instituídos pelo Sistema Nacional. Assim, depende dessas características para que os objetivos se adequem de maneira correta.

1.3. Reserva Ecológica Estadual da Juatinga

Paraty pertence à mesorregião sul fluminense, de acordo com IBGE. A localidade é rica em áreas protegidas, detém cinco unidades de conservação, das quais três são a nível federal, administradas pelo ICMBio. São elas: Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Parque Nacional da Serra da Bocaina e Estação Ecológica de Tamoios; uma estadual, administrada pelo INEA: Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (FIG. 01); e uma municipal, administrada pela Prefeitura Municipal de Paraty: Área de Proteção Ambiental Baía de Paraty (ICMBio, 2022). Todavia, o estudo diz respeito a REEJ.

Figura 01: Mapa REEJ



Fonte: INEA (2018)

A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga está localizada na região da Costa Verde do Rio de Janeiro e toda sua área está inserida na Área de Proteção

Ambiental de Cairuçu. Foi criada em 1992, pelo Decreto Estadual nº 17.981, de 30 de outubro, como sendo área de proteção integral. Um dos objetivos é preservar a cultura tradicional caiçara e conservação dos recursos naturais, necessários à sua sobrevivência e desenvolvimento social. Conta com dezenas de trilhas e praias cercadas pelas montanhas da Serra do Mar (INEA, 2022).

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 90, VI, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 7 de junho de 1990, bem como a Lei Estadual nº 1.859, de 1 de outubro de 1991, e considerando ser impostergável preservar o ecossistema local, composto por costões rochosos, remanescentes florestais de Mata Atlântica restingas e mangues que, em conjunto com o mar, ao fundo, forma cenário de notável beleza, apresentando peculiaridades não encontradas em outras regiões do Estado [...] (BRASIL, 1992)

Antes da Lei do SNUC (2000), havia uma categoria de área protegida chamada de Reserva Ecológica, mas esta deixou de existir, permanecendo apenas as Estações Ecológicas e Reservas Biológicas. Conforme estabelecido pela própria Lei, haverá necessidade de reclassificação (ou recategorização) das antigas nomenclaturas ao novo sistema. Entretanto, nem todas as denominações foram modificadas pelos governos, como determina a lei. Um desses casos é o da Reserva Ecológica da Juatinga (Rangel *et al.*, 2013).

O Instituto Estadual do Ambiente possui em seu site oficial (FIG. 02) informações seguras para auxiliar pesquisas sobre as localidades que administram. Sendo assim, sobre sua gestão participativa das unidades de conservação estaduais:

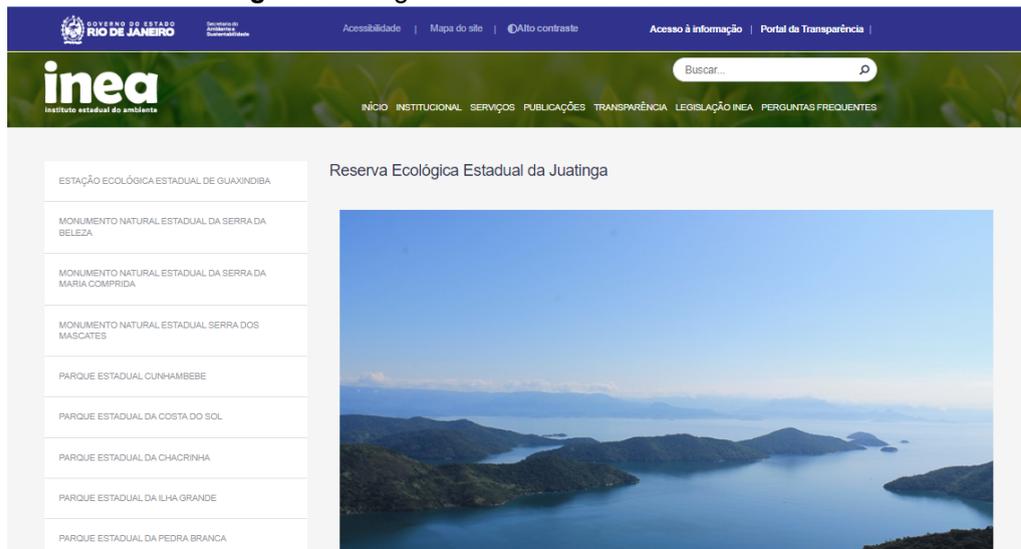
O Programa de Fortalecimento de Conselhos promove a criação e a renovação dos conselhos gestores das unidades de conservação administradas pelo Inea. As ações previstas no programa, como a realização de diagnósticos rápidos participativos (DRP) e reuniões periódicas, vêm sendo desenvolvidas com bastante empenho objetivando o fortalecimento da gestão participativa em 28 conselhos de unidades de conservação, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável.

Para a formação dos conselhos gestores são utilizadas metodologias participativas adequadas ao perfil de cada conselho, dentre elas os DRPs. Os representantes das instituições manifestam seu interesse em participar dos conselhos por meio do documento denominado carta de intenção.

Tais conselhos reúnem órgãos públicos, instituições de pesquisa, sociedade civil e mesmo empresas privadas, interessados na adequada implantação e gestão das unidades de conservação. São espaços de diálogo, consultivos

ou deliberativos, compostos por diferentes atores sociais e o órgão ambiental estadual. Além da legitimação dos conselhos por meio da publicação de suas respectivas portarias, o programa também atua na capacitação dos conselheiros por meio da realização de oficinas, elaboração de vídeos e cadernos temáticos. Após dois anos, a contar da posse dos conselhos, é iniciado o processo de renovação do mesmo (INEA, 2022).

Figura 02: Página sobre a REEJ no site do INEA



Fonte: <http://www.inea.rj.gov.br/>

Todavia, o órgão descreve que o conselho está inativo e a ser reestruturado, porém, não há uma data em questão. A Reserva também não possui um Plano de Manejo, e não há informações de pretensão na elaboração do documento.

O Plano de Manejo é um documento elaborado a partir de diversos estudos (do meio físico, biológico e social), que estabelece as normas, as restrições para o uso, as ações a serem desenvolvidas no manejo dos recursos naturais da UC e seu entorno, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais. O zoneamento da UC, as medidas para promover a sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas e as regras para visitação também devem constar nesse documento (INEA, 2022).

O site é acessível à pesquisadores, já estão disponíveis também informações úteis em relação ao administrativo, como endereço, telefone, e-mail e horário de

funcionamento. Além de uma aba com as pesquisas e publicações desenvolvidas na REEJ.

As localidades que a REEJ detém estão situadas na região costeira, algumas sendo possível acessar pelo mar (de barco) ou por trilha (caminhada). Considerando sua imensa extensão, a área abrange 15 comunidades tradicionais caiçaras com cerca de 8 mirantes naturais, 4 cachoeiras, 32 praias e rios e 25 possibilidades de travessias de trilhas com diferentes quilometragens e graus de dificuldade. Lá vivem cerca de 1.500 pessoas que dependem do turismo e pesca local.

1.3.1 Atrativos naturais respectivos a REEJ

Pires (2013) contextualiza em seu artigo “Proposta para a adequação da tipologia e para a identificação dos componentes biofísicos dos atrativos naturais nos destinos de ecoturismo no Brasil” sobre como a relação de um bem, constituído como atributo da natureza, pode ser transformado pelo homem em recurso através dos meios próprios a satisfazer a necessidade humana e do meio que se insere.

Assim, um determinado patrimônio natural (elemento da natureza) se converte em recurso turístico quando, mediante uma intervenção humana, se torna utilizável turisticamente, seja na condição de motivador da demanda turística (Atrativo Turístico Natural), seja na condição de recurso utilizado por esta mesma demanda durante a sua experiência turística e permanência no local ou destino escolhido, a exemplo da água, dos solos e demais ecossistemas naturais com os “serviços ambientais” que deles derivam. (PIRES, 2013, p.401)

Na caracterização e classificação dos recursos, Pires (2013) separa seus fatores de composição e componentes biofísicos, que são elementos de relevo, superfície, circunstâncias climáticas e atmosféricas e características singulares de da paisagem. E ainda, segundo ele, a principal motivação no ecoturismo é a contemplação e a observação das características naturais e dos recursos culturais a ela relacionados nos seus destinos.

Através do glossário do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, o Ministério do Turismo (2007) define atrativos turísticos e naturais

Atrativos turísticos – locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas.

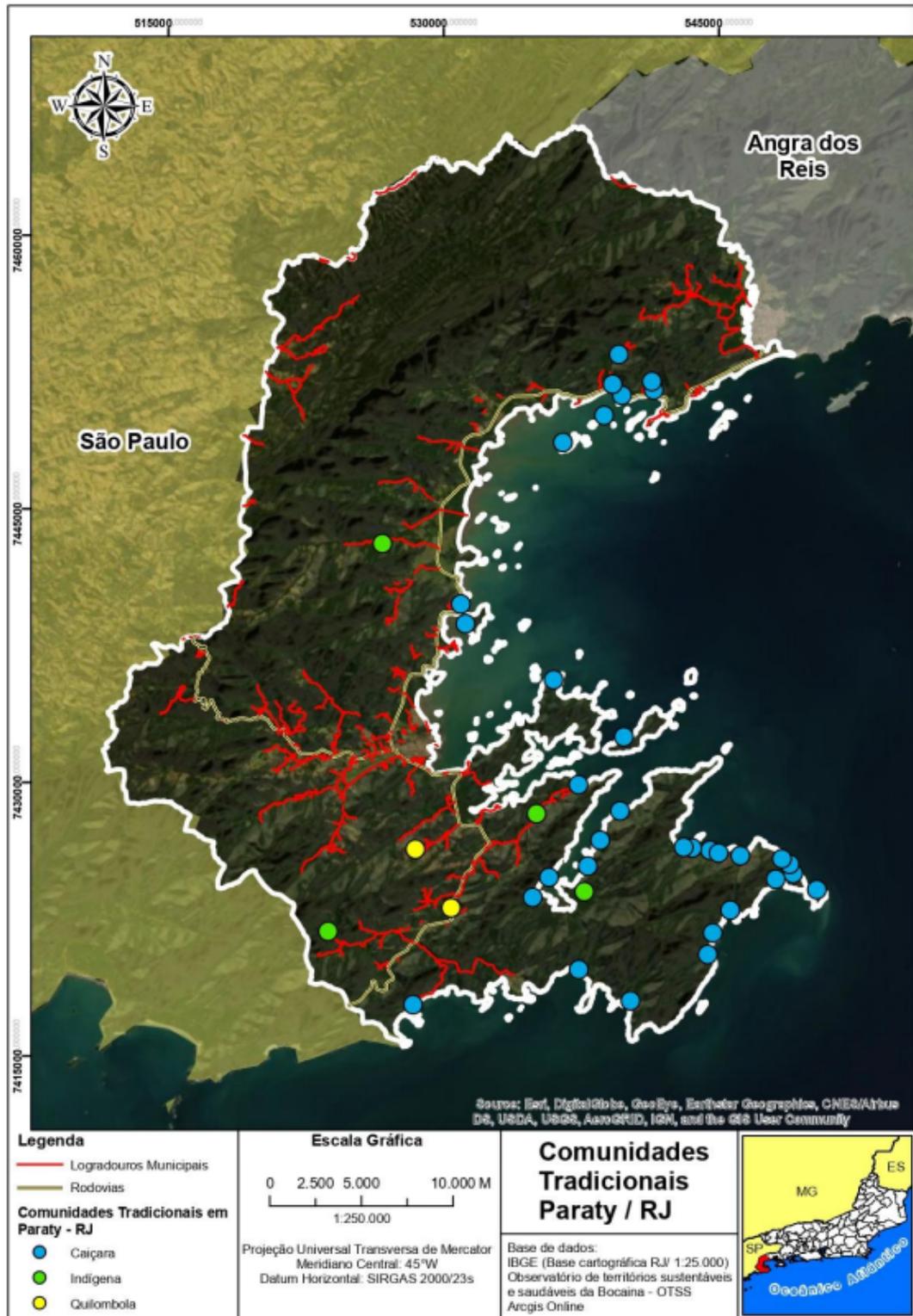
Atrativos naturais – elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos (montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna). (MTur, 2007, p.09)

À vista disso, é compreensível que no caso da REEJ, não só atrativos específicos, mas também as comunidades tradicionais existentes se encaixam na definição desses recursos e atrativos.

Cunha (2005) apud Diegues (2002), afirma que as comunidades caiçaras mantiveram sua forma tradicional de vida até a década de 1950, quando as primeiras estradas de rodagem interligam as áreas litorâneas com o planalto, ocasionando o início de um fluxo migratório. A cidade de Paraty começa a se expandir lentamente com a abertura da estrada Paraty-Cunha em 1954. E se acelera com as obras da rodovia Rio-Santos (BR-101), no início da década de 1970, em grande parte já antes de sua conclusão pela pressão da especulação imobiliária a fazer os moradores das praias e costeiras migrarem para a cidade, além de levar os trabalhadores dessa grande construção a se estabelecer em Paraty.

No território de Paraty (FIG. 03), a presença das comunidades caiçaras é predominante, totalizando 28. Além delas, há 3 indígenas e 2 quilombolas (Rocha, 2021). De certo, a existência de estudos detalhados acerca do turismo associado às comunidades da região é consideravelmente escassa.

Figura 03: Localização das comunidades tradicionais existentes no município de Paraty



Fonte: Miguel Stumbo (2021)

Apenas na REEJ encontram-se, além de inúmeros mirantes, praias, cachoeiras, 15 das comunidades caiçaras existentes no município, são elas: Sono,

Ponta Negra, Cairuçu das Pedras, Saco das Enchovas, Martim de Sá, Juatinga, Saco Claro, Saco da Sardinha, Pouso da Cajaíba, Itanema, Calhaus, Praia Grande da Cajaíba, Ponta da Romana, Cruzeiro e Baixio (INEA, 2023). Dentre elas, cita-se resumidamente as duas das comunidades mais próximas da Ponta Negra, as quais são divergentes basicamente em todas as características de composição: Sono, que é a de mais fácil acesso, e Cairuçu das Pedras, a de mais difícil acesso.

Atrativos naturais

A REEJ está inserida no bioma da Mata Atlântica e possui 9.797 hectares de remanescentes florestais, manguezais, restingas e costões rochosos (INEA, 2023). Segundo Lechner (2006) apud Rangel e Guerra (2015), as trilhas e caminhos são provavelmente as rotas de viagem mais disseminadas pelo mundo, de maneira que em áreas protegidas pode ser o único acesso a grande parte da área. Isto posto, é possível que o acesso às comunidades da REEJ também seja feito pelo mar a depender das condições marítimas, entretanto para chegar em alguns dos atrativos é possível apenas por trilha.

As praias de Antigos (FOTO 01 e 02) e Antiguinhos (FOTO 03 e 04) têm acesso tanto pela terra, quanto mar. Da Praia do Sono a trilha tem uma distância de 600 metros até a Praia de Antigos, com grau de dificuldade moderada por ter uma subida íngreme e não ter sombra em boa parte do percurso. E de lá, um breve trecho leve de 150 metros até Antiguinhos. Por serem próximas da Praia do Sono são bem frequentadas pelos turistas, principalmente em alta temporada. O caminho ainda contém um mirante (FOTO 5), onde é possível observar e fotografar a Praia do Sono por completo, então é um atrativo bem apreciado pelos visitantes. Por seu valor ambiental, em ambas as praias não existe estrutura de atendimento ao turista nem nada que afete o meio, do mesmo modo que é proibido acampar ou fazer fogueiras, apenas apreciar a beleza natural.

Foto 01 e 02: Praia de Antigos



Fonte: Autoria própria (2022)

Foto 03 e 04: Praia de Antiquinhos



Fonte: Autoria própria (2022)

Foto 05: Mirante



Fonte: Autoria própria (2022)

A Cachoeira do Saco Bravo (FOTO 06, 07 e 08) é um pequeno poço em um costão rochoso que deságua no mar. O atrativo, considerado beleza rara, tem acesso apenas por trilha e faz parte do grupo que tem grau de dificuldade pesada, com um trajeto de 8,4 km, contando ida e volta, que se inicia na Ponta Negra e possui inúmeras subidas e descidas, podendo ser feito em até 7 horas. É permitido que a trilha seja feita apenas com um guia credenciado e há um limite de 140 pessoas por dia e 20 pessoas por vez para que sejam evitadas aglomerações (INEA, 2019). O órgão ainda recomenda que o retorno seja feito antes das 15 horas, para que não seja feito ao escurecer, e se o mar estiver em dias de ressaca que não seja feita, pois as ondas invadem a cachoeira.

Foto 06: Placa informativa na comunidade da Ponta Negra



Fonte: Autoria própria (2020)

Foto 07 e 08: Cachoeira do Saco Bravo



Fonte: Autoria própria (2020)

O Pico do Miranda (FOTO 09 e 10) é um cume que tem 625 metros de altitude. A trilha de 3,3 km está inserida em uma das áreas de floresta mais preservadas da reserva, ela parte de Martim de Sá, uma praia sem luz elétrica que é habitada por apenas um núcleo familiar que recebe os turistas e administra o único camping do lugar (INEA, 2019). O percurso até o Pico tem grau de dificuldade pesado, com duração média de 2 horas e 30 minutos. O fluxo de turistas é pequeno, restringindo-se aos apreciadores do turismo de aventura. Lá de cima é possível, em dias de céu limpo, ter uma vista panorâmica da Serra dos Órgãos e da Serra do Mar.

Foto 09 e 10: Pico do Miranda.



Fonte: Sandra Barros (2022)

Travessia da Juatinga

Estão presentes ao longo da costa as inúmeras localidades com paisagens repletas de biodiversidade, que atraem centenas de trilheiros, mesmo sendo possível o acesso de barco.

A travessia se trata de uma caminhada do tipo trekking, com percurso de 39 km que cruza toda a península, passando por dezenas de praias e comunidades presentes em meio à cadeia montanhosa da Serra do Mar, com exceção da Ponta da Juatinga, Cachoeira do Saco Bravo e algumas praias do Saco do Mamanguá, pois fazem parte de outra rota.

A caminhada do primeiro dia inicia na Vila Oratório, ponto de partida para a Praia do Sono e Ponta Negra. A trilha tem 7,5 km e o pernoite é na comunidade da Praia da Ponta Negra. O segundo dia tem como destino a Praia de Martim de Sá para o pernoite, passando pela comunidade do Cairuçu das Pedras e Saco das Anchovas. É o trecho mais longo, com 11,6 km de extensão, atravessando a Reserva do sul para leste, subindo e descendo morros bastante íngremes cobertos por floresta. O terceiro dia parte de Martim de Sá em direção à Praia Grande da Cajaíba para pernoite, totalizando 8 km de trilha. No quarto dia, a caminhada é pela trilha da Praia Grande da Cajaíba rumo à Praia do Cruzeiro para pernoite, no Saco do Mamanguá. A trilha tem 8,3 km e passa pelas pequenas praias do Saco do Mamanguá. O quinto e último dia começa com a travessia de barco para a outra margem do Mamanguá e termina com a trilha de 3,7 km da Praia Grande do Mamanguá até o destino final, Paraty-Mirim. Os pernoites são em campings nas comunidades da Ponta Negra, Martim de Sá, Praia Grande da Cajaíba e Praia do Cruzeiro, onde também são oferecidas refeições e lanches. Atenção: Para fazer a travessia de barco para a outra margem do Mamanguá é preciso contratar um barqueiro morador da região. (INEA, 2023)

O INEA, 2023 exibe em seu site que o percurso possui grau de dificuldade pesado e ainda recomenda que a travessia seja realizada em 5 dias, podendo ser mais ou menos de acordo com a disposição específica de cada indivíduo.

Praia do Sono

A Praia do Sono (FOTO 11, 12, 13 e 14) está localizada mais ao sul da Península da Juatinga. É a comunidade mais próxima e de fácil acesso por via terrestre, localizada a 3,1km da Vila Oratório. A trilha é de dificuldade moderada, de maneira que o tempo de percurso depende de cada indivíduo, podendo ser realizado em apenas 40 minutos. É a praia com maior extensão da REEJ e é habitada pela maior comunidade caiçara. A localidade conta com inúmeros campings, pousadas e casas para alugar, além de restaurantes e uma vendinha que comercializa o básico. Diferentemente de várias outras similares no Brasil, não é dominada por forasteiros e nem há presença de resorts ou grandes hotéis.

Além de toda sua beleza é a mais conhecida e visitada pelos turistas, conseqüentemente a mais afetada. No dia a dia os preços se mantêm acessíveis, facilitando que a praia receba turistas ao longo de todo ano. Dessa forma, grande parte dos moradores vive basicamente do turismo. Já em épocas de temporada, como réveillon, há lotação máxima e alta nos preços.

A comunidade foi ganhando popularidade a partir dos anos 90 com a chegada dos primeiros turistas. Atualmente a trilha é mantida limpa e acessível pela comunidade, já que é o único caminho por terra. A dificuldade aparece em dias de chuva, pois boa parte do caminho é em meio à mata. O público que frequenta a Praia do Sono é bem variado, desde famílias a grupos de jovens.

Foto 11, 12, 13 e 14: Praia do Sono



Fonte: Autoria própria (2022)

Cairuçu das Pedras

Cairuçu das Pedras (FOTO 15 e 16) é a localidade mais isolada e de difícil acesso da REEJ. Se trata de uma pequena praia com pouca areia e muitas pedras, dependendo das condições marítimas para que o barco chegue lá. No que se refere à localização geográfica, está a nordeste da Ponta Negra. A trilha é a mais longa da Reserva, com um percurso de 6,5 km, cerca de 3 horas de duração, com grau de dificuldade pesado.

Segundo Cunha (2005), há 40 anos havia cerca de 20 famílias residentes, porém a grande dificuldade de acesso fez com que os mais jovens desejassem migrar para a cidade. Atualmente há poucos moradores, e eles possuem facilidades que antes não havia, como placas solares. O trabalho consiste na cultura de subsistência e na pesca.

O lugar é visitado por turistas todo feriado, e às vezes em outras datas. Em geral cruzam Cairuçu de passagem, ao realizarem a travessia por trilha da praia do Sono até Martim de Sá. Mas muitos passam uma noite ou mais no local. Os visitantes são em geral Estrangeiros e Paulistas, com alto poder aquisitivo. (CUNHA, 2005)

Não é possível que vivam unicamente do turismo, já que a dificuldade de acesso limita a chegada de visitantes. Geralmente, passam por ali as pessoas que fazem a Travessia da Juatinga, caminhando pelas comunidades e atrativos da REEJ. No entanto, como cita Cunha, há também aqueles que vão passar mais de um dia. Sendo que, de todo jeito, são pessoas que possuem maior poder aquisitivo.

Foto 15 e 16: Cairuçu das Pedras



Fonte: Breno Alves (2022)

2 TERRITÓRIO DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL COMO ATRATIVO TURÍSTICO

Para se falar sobre as populações tradicionais, é necessário pesquisas cuidadosas acerca do tema. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2022), no Brasil são listados 28 povos e comunidades tradicionais: Andirobeiras; Apanhadores de Sempre-vivas; Caatingueiros; Catadores de Mangaba; Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos, Caiçaras, Ciganos, Povos de terreiros, Cipozeiros, Castanheiras; Faxinalenses; Fundo e Fecho de Pasto; Geraizeiros; Ilhéus; Indígenas; Isqueiros; Morroquianos; Pantaneiros; Pescadores Artesanais; Piaçaveiros; Pomeranos; Quebradeiras de Coco Babaçu; Retireiros; Seringueiros; Vazanteiros; e Veredeiros.

O Artigo 3º do Decreto n. 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, compreende por:

[...] I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. [...] (BRASIL, 2007)

No caso do presente estudo, a abordagem envolverá o território de um grupo específico, o caiçara. De acordo com Sampaio (1987), o termo caiçara surgiu do vocabulário tupi-guarani, que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores. Mais tarde, passou a ser utilizado para identificar o morador de Cananéia (Fundação SOS Mata Atlântica, 1992), e daí para todos os indivíduos e comunidades do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Adams, 2000).

As caracterizações que circundam a palavra caiçara seguem a mesma linha, porém são inúmeras. Breuillac (2022, p.10) afirma que para o dicionário HOUAISS da língua portuguesa (2015), trata-se de um vocábulo regional, paulista e

fluminense, designando um “morador do litoral que vive de forma rústica”. Os caiçaras possuem uma ancestralidade maior dos colonizadores com indígenas, e em menor escala dos africanos, mas diferentemente desses são bem miscigenados, de forma que não possuem fisicamente características específicas que os definam.

Diegues (2000) evidencia que é uma população encontrada mais afastada dos núcleos urbanos, e sendo suas principais atividades econômicas de subsistência, vinculadas ao meio ambiente, baseando-se na pesca, cultivo agrícola e artesanato. Percebe-se que os caiçaras têm uma vida mais simples, que lembram os ancestrais indígenas:

Entende-se por caiçaras aquelas comunidades formadas pela mescla étnicocultural de indígenas, de colonizadores portugueses e, em menor grau, de escravos africanos. Os caiçaras têm uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, de pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. Alguns autores (Mourão, 1971; Diegues, 1983) afirmam que as comunidades caiçaras se formaram nos interstícios dos grandes ciclos econômicos do período colonial, fortalecendo-se quando essas atividades voltadas para a exportação entraram em declínio. Sua decadência, em particular no setor agrícola, incentivou as atividades de pesca e coleta em ambientes aquáticos (...). No interior do espaço caiçara surgiram cidades como Paraty, Santos, São Vicente, Iguape, Ubatuba, Ilhabela, São Sebastião, Antonina e Paranaguá, as quais em vários momentos da história colonial funcionaram como importantes centros exportadores. As comunidades caiçaras sempre mantiveram com essas cidades, em maior ou menor intensidade, contatos e intercâmbios econômicos e sociais, delas dependendo também para o provimento de bens não produzidos nos sítios e praias. Esses contatos se conservaram por via terrestre (caminhos) fluvial e marítima, sobressaindo, do século passado até as primeiras décadas do séc. XX, as chamadas 'canoas de voga', onde eram transportados produtos agrícolas, peixe seco, aguardente, entre outros. (DIEGUES, 2000, p.42).

A cultura caiçara é diversificada e tem uma bagagem de tradições que compõem esse grupo, refletidas pela história brasileira. Sua descendência, moldada junto ao ambiente em que se inserem, são imprescindíveis para explicar seus modos de vida atualmente. Por mais que as características se assemelhem, de acordo com Diegues, o modo de vida tem diversas diferenciações locais e regionais, por conta da extensão territorial em que estão inseridos.

Os costumes têm relação estreita com o mar e a floresta, uma vez que são habitantes do litoral. A utilização de técnicas de agricultura, extrativismo e pesca

artesanal são passadas de geração para geração, fazendo parte da manutenção da cultura tradicional, sendo necessárias e importantes para as comunidades que vivem do desenvolvimento sustentável e manejo dos recursos naturais. Além do mais, é parte das práticas e estilo de vida não só conhecimentos relacionados a pesca, mas também a roça e o turismo. Nas pequenas comunidades, é comum que os próprios moradores sejam seus provedores e pedreiros. E ainda, a manutenção da tradicionalidade das festividades, celebrações e manifestações culturais.

Por outro lado, segundo Breuillac “nem se pode dizer que sejam caiçaras apenas aqueles moradores do litoral que ainda trabalham a terra ou vivem da pesca artesanal, havendo outras variações e modalidades de economia por eles implementadas, como o turismo”. Já que com o tempo, ocorreram mudanças e expansão das populações para os centros urbanos.

2.1. A comunidade caiçara da Ponta Negra e sua relação com o turismo

A Comunidade da Ponta Negra com seu modo de vida e cultura tradicional enquadra-se na terminologia “caiçara”, visto que Diegues (2004) apud Cunha (2005) considera território caiçara como:

Espaço litorâneo entre o sul do Rio de Janeiro e o Paraná onde se desenvolveu um modo de vida baseado na pequena produção de mercadorias que associa a pequena agricultura e a pesca, além de elementos culturais comuns, como o linguajar característico, festas e uma forma particular de ver o mundo. (CUNHA, 2005)

Localizada na região costeira a sudeste do centro de Paraty, a Ponta Negra (FIG. 04) é formada por algumas famílias, cerca de 200 pessoas, segundo Teteco, nativo que mora na cidade e possui negócios lá. O acesso a trilha não é fácil, pois são 6,8km de extensão saindo da Vila Oratório, pouco mais que o dobro da Praia do Sono.

Figura 04: Localização de Paraty, Praia do Sono e Praia da Ponta Negra



Fonte: Google Earth (2023)

O acesso pelo mar é feito através de um barco que sai da pequena marina localizada no interior do condomínio de Laranjeiras, que por ser um grande complexo imobiliário de luxo restringe a passagem de todos que entram e saem (FOTO 17 e 18), de moradores a turistas, controlando a travessia por meio de uma van que os leva de um ponto de ônibus na Vila até o cais (FOTO 19 e 20).

Foto 17 e 18: Marina de travessia



Fonte: Autoria própria (2022)

Foto 19: Cais da marina



Fonte: Autoria própria (2022)

Foto 20: Ponto de ônibus da Vila Oratório



Fonte: Autoria própria (2022)

Com base nas experiências e percepções da autora e relatos da comunidade, a Ponta Negra passou por inúmeras mudanças ao longo do tempo (FOTO 21 e 22) mesmo que algumas tenham chegado vagarosamente. Como exemplo, há 7 anos a energia ainda era fornecida por geradores. A chegada da energia elétrica ocorreu em virtude do extinto projeto Luz Para Todos, parceria do governo federal e a concessionária de energia, em dezembro de 2017, proporcionando às pessoas

maior conforto, que por mais que cause impactos ao meio ambiente a eletricidade é um bem que traz muito conforto. No entanto, a localidade ainda passa por complicações em relação à luz, faltando com frequência.

Foto 21: Ponta Negra em 2005



Fonte: Google Images

Foto 22: Ponta Negra em 2022



Fonte: Autoria própria (2022)

A proteção da localidade a nível federal e estadual, foi um fator que também modificou a vida dos moradores. Anteriormente à criação da REEJ, eles viviam basicamente da agricultura e pesca.

Após dois ou três anos de cultivo, há uma queda de produtividade do solo, devido à exaustão dos usos exclusivos (não foi verificada a ocorrência de rotação de culturas). Ocorre a interrupção momentânea dos ciclos de nutrientes, estes são por um período de tempo apenas retirados do solo, sem ocorrer uma reposição para manutenção dos balanços normais. A cultura exclusiva acentua a queda da fertilidade, na medida em que ela retira os nutrientes de uma mesma e única camada de solo, pois as raízes possuem profundidades homogêneas. Estas áreas são então abandonadas e entram no período de pousio, cuja duração é muito variável, em geral de 5 a 50 anos. (CUNHA, 2005)

Hoje, os moradores não podem utilizar da terra para se sustentar, depois da proteção ambiental os órgãos ambientais vetaram essa atividade, pois além de estimular o desmatamento pode também afetar o funcionamento do rio. No trabalho realizado por Cunha (2005) ela expõe que apesar de muitos moradores terem consciência ecológica há outros que praticam atividades degradantes ao ambiente, como em casos onde residentes causam incêndios nas encostas sem objetivos agrícolas ou produtivos, mas com propósito de simplesmente “limpar a área”. Se referindo a meios de subsistência atuais, é liberado aos pescadores a prática da pesca de cerco, que então os beneficia para consumo próprio e venda.

Na década de 1960 se inicia precariamente o turismo em Paraty, atividade que começa a ter importância cada vez maior como possível solução para a questão da preservação do patrimônio cultural face ao desenvolvimento. O turismo tem um papel fundamental na vida da comunidade, que com as limitações do trabalho direto na natureza, é um grande sustento para os nativos, ponderando que não o único, visto que na baixa temporada é impossível depender desta atividade.

A atividade turística que ocorre na Ponta Negra é diferente das comunidades da Praia do Sono e Trindade. Nas outras pode-se dizer que é mais intensa. São comunidades que recebem uma quantidade maior de turistas o ano todo e na alta temporada, de maneira que requerem uma organização maior da comunidade para estarem aptas a recebê-los. Muito tem a ver com a facilidade de deslocamento até as localidades, já que a Praia do Sono é a trilha mais próxima a Laranjeiras e Trindade é possível chegar de automóvel.

Soares (2006) cita em sua pesquisa sobre a história ambiental dos caiçaras da Península da Juatinga/RJ e sua relação com a conservação da natureza:

Os pesquisadores Diegues e Nogara, no livro “Nosso Lugar Virou Parque” fazem uma importante descrição do processo de expansão imobiliária na região da Juatinga, mais especificamente na região do Saco do Mamanguá. Caracterizam quatro grupos: turistas de luxo, com mansões e iates; classe média urbana, com casas de veraneio compradas dos caiçaras; mochileiros, em geral jovens universitários e estrangeiros com pacotes de turismo. (SOARES, 2006 p.73)

Analisando o contexto da Ponta Negra, de acordo com a descrição suposta Diegues e Nogara (1999) apud Soares (2006), os principais grupos que frequentam a comunidade são a classe média urbana com casas de veraneio, jovens e estrangeiros que vão em busca das trilhas existentes, com a intenção de se hospedarem em camping ou não.

Paraty oferece atividades e atrações diversificadas relacionadas à história, cultura, gastronomia, aventura, ecoturismo, e a mais popular que é a praia. Desta maneira, Paraty, destino principalmente de praia, contém entre outras, a REEJ, localidade onde a prática do ecoturismo é comum. Assim, a Ponta Negra é frequentada pelos apreciadores de trilhas e imersão na natureza ao longo do ano, porém tem sua alta em períodos de férias e alguns feriados, quando o fluxo também cresce na cidade.

A organização turística costeira na alta temporada não difere muito na baixa, mas deve ter um funcionamento mais eficiente para que sustente a quantidade de visitantes que recebe. A travessia de barco para as comunidades é um exemplo, pois é realizado um rodízio dos barcos para que todos consigam trabalhar. Como se fosse ponto de táxi.

2.2. O turismo de alta temporada na comunidade: percepção perante os caiçaras

Para a validação da pesquisa, a consideração da percepção pelos moradores e frequentadores da Ponta Negra é fundamental. A pesquisa de campo foi aplicada a partir de uma entrevista com perguntas mais em forma de conversa do que questionário, para que não houvesse certa rigidez nas respostas, e sim que se sentissem mais à vontade.

Para a escolha dos entrevistados houve uma certa designação de perfis. Pretendia-se buscar os moradores mais antigos, sendo uma mulher e um homem, uma vez que tem bastante vivência e viram as mudanças ocorrerem, um comerciante, o atual presidente da associação e alguém que tem contato com a REEJ no geral. Assim, as conversas foram realizadas com 5 pessoas que convivem diariamente ou constantemente na comunidade, nesta ordem: entrevistado 1 (coordenador pedagógico da REEJ), entrevistado 2 (aposentado), entrevistada 3 (aposentada), entrevistado 4 (empresário) e entrevistado 5 (atual presidente da associação de moradores).

Quadro 01 - Identificação dos entrevistados

Identificação	Idade	Ocupação	Origem	Residência
Entrevistado 1	47 anos	Coordenador pedagógico da REEJ	Paraty	Paraty
Entrevistado 2	83 anos	Aposentado	Ponta Negra	Ponta Negra
Entrevistada 3	64 anos	Aposentada	Ponta Negra	Ponta Negra
Entrevistado 4	51 anos	Empresário e Comerciante	Ponta Negra	Paraty
Entrevistado 5	39 anos	Presidente da associação de moradores	Ponta Negra	Ponta Negra

As entrevistas ocorreram em períodos de tempo diferentes, porém todas dentro do período de 9 meses. Em novembro de 2022 ocorreram 4 das entrevistas. Com o entrevistado 1 o encontro foi na cidade de Paraty. Ao fazer o campo na comunidade da Ponta Negra ainda em novembro de 2022, a autora buscou por pessoas que se dispusessem a conversar, resultando nas entrevistas 2 e 3. O intuito também era entrevistar o 4, porém o encontro não coincidiu, então o entrevistado se disponibilizou a enviar suas respostas por escrito via Whatsapp. E Com o entrevistado 5, foram realizadas 2 tentativas falhas de encontrá-lo pessoalmente, no campo de novembro de 2022, e em julho de 2023 ao ir para lazer, porém, ele se dispôs a ter a conversa via chamada de vídeo ainda em julho de 2023.

A entrevista semi-estruturada consistiu em um pequeno questionário com 4 questões principais, todas sobre a comunidade da Ponta Negra, sem contar as 3 de identificação, que são: nome, idade e profissão. A primeira questão colocada é sobre a origem e residência do entrevistado, com intuito de saber sua ligação com a localidade. A segunda trata sobre a opinião em relação à atividade turística, o que vê de positivo e negativo. E por fim, sobre o funcionamento da coleta de lixo, por quem é feita e se é igual na baixa e alta temporada.

Os entrevistados, todos moradores da região de Paraty, sendo da cidade ou costeira, convivem na Ponta Negra regularmente, assim com as entrevistas a seguir, pretende-se entender o pensamento dessas pessoas que vivem de maneiras diferentes, porém, a maioria com influência do turismo e como esta atividade impacta suas vidas e de todos os outros moradores da comunidade.

Segundo os relatos que vem a seguir, o perfil é de um turismo frequentado prioritariamente por pessoas que se hospedam, consomem e contribuem para a economia local, desde quem faz as trilhas ou quem vai de barco. Então para os moradores que tem a atividade como um dos principais ganhos, se beneficiam basicamente na alta temporada, já que na baixa a quantidade de visitantes é escassa. Um exemplo disso, é o diálogo obtido com o entrevistado 2, que relatou perder sua casa em um deslizamento que ocorreu em 2022, ficando sem sua renda com o aluguel para turistas, tendo de viver apenas com sua aposentadoria e se abrigar na casa de sua filha.

Dois dos entrevistados chegam a citar pontos que não são exclusivos do turismo, pois já existem sem ele, porém é fundamental que sejam levados em conta, pois com o aumento do fluxo de pessoas que frequentam, se tornam mais suscetíveis e nocivos, que é a questão de drogas e prostituição. Sendo necessário uma atenção quanto a isso, já que a comunidade é pequena e não tem muitos moradores, para que não seja algo fora do controle.

O presidente da associação de moradores cita a preocupação com a grande movimentação de turistas e como isso pode impactar na perda de identidade cultural e nas tradições caiçaras.

2.2.1. “É positivo? É. Por que? Porque é um turismo fixo, do cara que vai lá e vai deixar dinheiro na comunidade, um turismo mais selecionado” (Entrevistado 1)

O entrevistado 1 mora em Paraty atualmente e visita as comunidades da REEJ constantemente, mas trabalhou durante 11 anos como professor na Ponta Negra. Segundo ele, a alta temporada se trata do período do carnaval, semana santa e fim do ano, além de dizer que vê um certo movimento em dias das férias de julho também. Ele diz que a economia local gira em torno de duas principais atividades: turismo e pesca de cerco, além de trabalhos não registrados, como faxinas, trabalhos em obras, entre outros. Lá possui além dos bares na praia, chalés, casas para alugar, e as casas de veranistas que também acabam por gerar renda, já que esses turistas precisam de alguém para limpar suas casas, ou precisam dos bares e restaurantes para suas refeições quando estão lá.

[...] o turismo no Sono chega em massa, na Ponta Negra não. Outra coisa é a questão do camping, que no Sono tem um monte, do início ao fim da praia você encontra um camping, as opções são maiores. O Sono é mais conhecido. O turismo da Ponta Negra é mais seletivo, dificilmente você vai ver o turista que a gente chama de “miojeiro”, vai só com sua panelinha e não deixa renda na comunidade. O turismo da Ponta Negra hoje é um turismo mais de excelência...Esse turismo que chega até lá, é o turismo que paga o bote para atravessar, é o turismo que come e bebe nos restaurantes, é o turismo que pega uma mão de obra local para ser caseiro ou fazer faxina em casa.” (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 1)

Ele diz que as comunidades da REEJ, que são todas caiçaras e em sua maioria vivem mesmo da pesca e do turismo, têm realidades diferentes. Faz a comparação da Praia do Sono e Ponta Negra, uma vez que a estrutura do Sono é maior em todos os sentidos, havendo pousadas, mais opções de campings, bares e chalés, além de que a trilha é mais fácil, o que acaba fazendo com que a comunidade do Sono receba muito mais turistas e um tipo diferente da Ponta Negra. Entende-se que a facilidade no acesso à Praia do Sono possibilita que o turismo aconteça de maneira mais frenética e seja considerado predatório.

O entrevistado acrescenta, ainda, que quando a Ponta Negra estava no período da instalação da luz elétrica, houve uma discussão sobre se os turistas poderiam consumir menos nos bares tendo a possibilidade de poder gelar seus

alimentos em casa, mas não se tornou realidade pois eles não tem intenção de se preocupar em levar peso, sua geladeira serve mais para armazenamento, então continua consumindo produtos na comunidade.

Sobre o lixo:

[...] esse cara (turista) vai para lá e deixa lixo? Deixa, mas qualquer ser humano vai produzir lixo. Ele vem de São Paulo e não vai levar o lixo de volta. Então esse lixo que ficou lá, se você fizer o somatório de 1kg por casa, 30 casas, porque tem mais de 30 casas de veranistas, vai ter mais de 30 kg de lixo. Mas ninguém deixa só 1kg de lixo, então se essas pessoas deixarem 10 kg de lixo, são 300 kg. E a gente não tem um escoamento de agenda, tipo “toda segunda o barco vai pegar o lixo”, não, tem um trabalho sim que é feito pelo Careca (morador da Ponta Negra), mas depende do mar, depende da ocupação, porque ele também usa o barco para outro meio que é carregar material, material na Ponta Negra não pode chegar pelo condomínio, só passa por fora, e quem pode levar é o Careca, que é o único lá que tem esse barco grande. Então tem o transporte de material, transporte de lixo, que também demanda a pessoa deixar esse lixo na praia [...] (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 1)

Relata também, que o lixo é encargo da prefeitura, e através de uma licitação terceirizam o serviço. No caso da Ponta Negra, quem faz o serviço é um morador de apelido “Careca” e que o ideal seria fazer uma vez por semana, mas não dá porque depende das condições do mar ou se o barco está disponível. O entrevistado não soube dizer se ele recolhe o lixo de toda a costeira, mas sabe que também recolhe da Praia do Sono, e que na alta temporada o barco não chega a passar duas vezes por semana, mas circula mais vezes, principalmente porque o “Careca” é dono de bar e fica inteirado quando o lixo aumenta. Então para ele, existe sim uma consequência já que a comunidade está localizada em uma área de proteção e não existe uma agenda de dias certos em que o barco passa para recolher o lixo, já que depende de algumas condições externas.

O outro ponto que ele cita como negativo mas que não culpa os turistas, porque é algo que independe deles, que é as drogas.

Um tempo atrás teve um MC desses famosos que chegou de lancha, desceu no bar, pediu comida e acendeu um baseado “Tô numa praia, posso fumar o que eu quiser, na hora que eu quiser”, não é assim, aí chamaram a atenção dele. Então essa forma de chegar assim é negativa, porque é uma praia que tem famílias, crianças. Então de repente isso facilita a disseminação de um beck ou uma droga sintética. Mas é o turista que leva? Quando ele não tá isso não tem? Não, mas também quanto mais gente tem na praia, mais fácil

circular esse tipo de coisa, né. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 1)

Então o entrevistado acha que não é culpa dos turistas, já que mesmo sem a presença deles existe, porém, se a comunidade está mais lotada com muitos visitantes, a disseminação de drogas lá dentro se torna mais propensa.

2.2.2. “O turista que entrava dentro da minha casa não era o turista de bagunça, era o turista sossegado” (Entrevistado 2)

Nascido e criado na comunidade, o entrevistado 2 é um dos anciãos. Ele relata que antigamente tinha a opção de trabalhar na roça, e durante 10 anos de sua vida trabalhou na plantação e colheita de mandioca para a produção e exportação da farinha junto a um estrangeiro francês. Como a Ponta Negra está inserida em reserva protegida, é vetada certas ações no ambiente por causa da preservação e o entrevistado 2 se queixa

O INEA chega aí, não pode cortar um pau, não pode ir pra mata, não pode fazer nada, e vai plantar o que? Se o turista não ajudar, da roça ninguém tem nada. Tão prendendo sabe o que? O pescador a pescar, não pode pular de pedra em pedra pra ir pescar...O pescador aí fora tá passando uma luta, o povo vai comer o que? (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 2)

Como alternativa, até antes da última tragédia natural, devido a um temporal, ocorrido nos meses de março e abril de 2022 em Paraty, assim como muitos moradores, ele fazia dinheiro alugando sua casa para turistas, porém, com os deslizamentos e soterramentos que houve algumas pessoas estavam ou ainda estão impossibilitados.

Eu ganho um salário de R\$1.200,00, aí eu pago supermercado, bote, casas bahia, um menino de angra dos reis que vem aqui vender umas coisas e faz fiado pra mim. O turista que me ajudava muito, porque eu alugava minha casa, aí agora tô vivendo do salário. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 2)

Em novembro de 2022, no momento em que foi realizada a pesquisa de campo, ele estava morando com a filha e havia começado a reconstruir sua casa

própria com ajuda financeira de uma turista do estado de São Paulo que visita a localidade esporadicamente, a fim de que possa voltar a hospedar os visitantes. Ele continua

O turista ajuda muito a gente aqui. A maioria do povo tá vivendo de turista. E não é só aqui, toda parte aí que tem turista tá ajudando, Pouso da Cajaíba, Mamanguá, tudo quanto é canto, Cairuçu das Pedras que não tinha nada. O turista que entrava dentro da minha casa e aqui, não era o turista de bagunça, era o sossegado. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 2)

Segundo os relatos do entrevistado a partir desta conversa, percebe-se que sua opinião vai muito em prol do turismo na comunidade, uma vez que as atividades tradicionais são limitadas pelos órgãos ambientais, e o turismo é basicamente o que os sustenta. Repara-se até um desagrado por parte do entrevistado, que é idoso acostumado a trabalhar na roça toda sua vida, e envelheceu vendo as mudanças ocorrendo no local.

2.2.3. “Muita gente aqui trabalha de guia, levando turista” (Entrevistado 3)

Nesta seção será apresentado a percepção da entrevistada 3, é nativa da Ponta Negra, que antes trabalhava em um dos bares da praia e agora é aposentada. Ela conta que sua filha trabalha como faxineira em uma casa de veraneio de uma família de São Paulo e também retira renda alugando sua própria casa para turistas com auxílio de uma outra pessoa que divulga para ela pela internet.

Ao ser perguntada, o que vê de positivo e negativo do turismo na comunidade, a entrevistada 3 na verdade diz que o turismo em si é algo positivo. Em suas palavras: “Eu acho que é bom, porque é quando a gente ganha dinheiro, no final do ano, carnaval, semana santa, não acho que é ruim não”. No fim desses períodos ela diz que tem alguém para limpar a praia e os caminhos, então não fica sujeira.

Ela diz que vários moradores são guias de turismo, então já que na baixa temporada não há muitos visitantes e muitos dos que frequentam são os trilheiros, é uma maneira de manter a renda para quem faz trabalho de guiamento. Dá exemplo

de um morador, presente no momento da conversa, que trabalha na comunidade para a prefeitura em dias da semana e faz guiamento em finais de semana.

E ainda, sobre o lixo

Os plásticos e papel eu queimo, faço fogo ali e queimo, agora o resto a gente junta tudo em saco, e quando o barco manda mensagem, leva pra praia e o Careca recolhe. Aí quando tem mais turista o barco vem mais vezes. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistada 3)

2.2.4. “O turismo nosso é bom porque é o de trekking, caminhada e de família” (Entrevistado 4)

O entrevistado 4 é um empresário nascido na Ponta Negra que se mudou para Paraty com cerca de 14 anos para estudar. Hoje, ele ainda reside na cidade, porém possui camping e chalés de Airbnb na comunidade, passando boa parte da temporada lá, de acordo com as necessidades de trabalho.

Segundo ele, o maior fluxo turístico é durante o fim e começo do ano, entre os dias 26 de dezembro a 05 de janeiro, sendo o mês de janeiro, período do carnaval e páscoa também com grande movimento, depois é bem fraco o resto do ano. Ele diz trabalhar principalmente com os estrangeiros, e que após os feriados os turistas não deixam sujeira e depredação.

[...] é o meio de subsistência da comunidade, sem o turismo praticamente não existiria quase morador lá, o pessoal teria que trabalhar fora, sair de lá, o turismo que sustentou muita gente, mescla com pesca né, casa de veranistas, trabalhos de pedreiros, mas o turismo é a principal renda. Hoje principalmente é a Cachoeira do Saco Bravo que mantém o fluxo dos barqueiros. O turismo nosso é bom porque é o de trekking, caminhada e de família. A gente tem um bom público. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 4)

Em relação a aspectos negativos sua opinião é de que não tem, fala apenas sobre uma preocupação futura sobre o turismo vir a ficar descontrolado nos períodos de temporadas, superlotação e suporte da comunidade, no entanto, não é um problema agora.

Sobre a coleta de lixo, aponta que

O barco recolhe lixo uma vez por semana, na temporada e em alguns períodos, tem um dia a mais que recolhe por causa do fluxo de lixo, mas normal é uma vez por semana, não é o ideal né mas é o que tem, o que

suporta. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 4)

O entrevistado assente que a coleta é feita pela prefeitura, então no determinado dia que o barco passa, os moradores levam os lixos até a praia para que sejam recolhidos. Ainda fala que ainda não tem, mas seria interessante fazer um trabalho de conscientização de separação e reciclagem do lixo.

2.2.5. “...é uma coisa que eu me preocupo muito em especial. ” (Entrevistado 5)

O entrevistado 5 é o atual presidente da Associação de Moradores da Ponta Negra e possui o cargo desde 2021. Ele é nascido na comunidade, morando lá até os 14 anos quando saiu para continuar os estudos do colegial em Paraty, fez faculdade de biologia e voltou em 2020 para se estabelecer novamente lá.

Não diferente dos outros entrevistados, ele diz que os períodos em que a comunidade recebe mais turistas são Reveillon, Carnaval, Semana Santa e acrescenta também alguns dias do mês de julho. Ele começa falando sobre os pontos positivos que vê do turismo

Primeiro ponto: a troca de experiências entre as pessoas; segundo ponto é a questão de geração de renda, que é incontestável com relação a isso. Então eu acho que esse dinamismo entre a comunidade e os visitantes que tem aqui, essa troca de conhecimento e a questão da renda, acho que são os principais pontos. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 5)

Em relação a como a comunidade é deixada no fim desses períodos, ele fala que há um fluxo grande de lixo para ser recolhido, mas tem o barco que faz o trabalho direito e mesmo tendo vezes que pode demorar mais para buscar, consegue dar conta de tudo, então mesmo com a grande quantidade de turistas que frequentam na temporada, ainda não é um problema. Sobre os pontos negativos

Principalmente, eu acho que quando entra uma outra cultura em outros lugares como a ponta negra, ao mesmo tempo que pode ter a troca de experiências, pode ter a questão da perda da cultura local. Que é meio que quando a comunidade não tem um preparo no sentido de informação e valorização da sua cultura, não tem essa coisa de ser o caçara. A questão

das drogas mas isso não só com o turismo, isso acho que é uma coisa inevitável, acho que aumenta mesmo. E a questão da prostituição, principalmente com relação as mulheres, é uma coisa que eu me preocupo muito em especial. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Entrevistado 5)

Em divergência dos outros entrevistados, ele traz mais pontos negativos em relação ao turismo para com a comunidade. Fala sobre esse fato que a atividade turística pode causar certa vulnerabilidade na cultura local se não trabalhado corretamente, principalmente se não há um trabalho de turismo e base comunitária. Como o entrevistado 1, cita a questão das drogas superficialmente, com o mesmo pensamento de que não é uma exclusividade do turismo, porém é algo que pode aumentar por causa da atividade. E cita a prostituição, sem entrar em detalhes, mas que porém é um fator que o preocupa por ser presidente da associação de moradores de uma comunidade muito pequena onde há muitas mulheres e crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno que consiste em conjuntos de atividades complexas relacionadas a diversos contextos, que se afetam e mudam com o mundo. Dentre todas as segmentações definidas pela OMT, de acordo com a observação dos resultados obtidos, o presente trabalho abordou principalmente sobre o conceito de Ecoturismo, uma vez que é a principal vocação da localidade em estudo, e também cita o turismo de Sol e Praia, pois se faz presente no município de Paraty.

Observou-se que REEJ conta com dezenas de atrativos, onde a prática da atividade ecoturística é bem comum por ser uma UC, ou seja, um local protegido onde as atividades são limitadas. E ainda, que a existência de comunidades caiçaras faz com que a tríade turismo, natureza e comunidade seja complexa e sensível.

Sabe-se sobre a necessidade de que o período de alta temporada seja levado em conta em qualquer destino, já que a circulação de visitantes aumenta, impactando todo o ambiente em que as atividades ocorrem. Contudo, percebe-se que na Praia da Ponta Negra, apesar da grande proximidade com a Praia do Sono que recebe um fluxo maior de turistas, os impactos causados pelo turismo são menores. Os impactos podem ser de âmbito positivos e negativos, sendo que um não anula o outro, e na maioria das vezes acontecem ao mesmo tempo. Os impactos ambientais obviamente são inevitáveis, porém além deles, é imprescindível não ponderar o pensamento dos povos que são residentes dos destinos turísticos e praticamente vivem da economia que a atividade gera.

A partir das entrevistas, foi possível ver que o pensamento dos caiçaras entrevistados é complementar, percebe-se que o que há de impacto, segundo eles, é de maioria positiva. O período em que é considerada alta temporada para a comunidade da Ponta Negra é principalmente a semana do réveillon, que recebe os visitantes em massa, depois carnaval e semana santa, e em menor escala o resto das férias de verão, pós réveillon e alguns feriados prolongados ao longo do ano, fato reforçado pelo INEA (2023), uma vez que as fiscalizações na REEJ são

realizadas por demanda nessas datas, que também segundo eles, são de maior movimentação turística.

Como primeiro ponto positivo percebeu-se que o que há de mais importante para eles é a economia que o turismo gera, pois na temporada conseguem trabalhar bem. O turismo que chega lá consome e gera renda para os moradores, seja através das casas de aluguel, guiamentos, da travessia de barco ou consumo dos restaurantes. E como segundo ponto, a troca de experiências e de conhecimento que o turismo leva, principalmente por ser uma comunidade muito pequena e isolada.

É evidente que os hóspedes da Ponta Negra deixam lixo na comunidade, pois é coerente que assim como em outros destinos são deixados para que seja recolhido, que nesse caso é um barco. No período de alta temporada a coleta é suficiente, mesmo não tendo dias fixos em que é feita. Entende-se então, que para os moradores isso não é uma preocupação, pois não é em excesso para prejudicar a comunidade.

Como ponto negativo, foi levado em conta três questões, porém a primeira foi dada como uma possibilidade que pode vir a ocorrer, que é a perda da identidade cultural. A segunda e a terceira são as que, de acordo com as respostas dadas, têm certa relevância já no presente. São elas então, o consumo de drogas e prostituição, as quais entendeu-se pelas conversas que não são questões exclusivas do turismo, porém ele as torna mais suscetível.

Por fim, a partir da análise desta pesquisa, conclui-se que a promoção do TBC é fundamental e pode ser mais trabalhada, pois foi possível ver que na comunidade da Ponta Negra que este tipo de turismo ainda é pequeno. De acordo com o presidente da associação, vem sendo realizada a capacitação de nativos no curso de guia de turismo, uma ação conjunta com a RBMA, a fim de que mais pessoas possam usufruir positivamente da atividade turística na localidade. Assim sendo, é um rumo favorável para que seja promovido um melhor diálogo entre o turismo e seus anfitriões.

Reiterando, a inquietação da autora se deu pois por ser moradora de Paraty e sempre frequentar atrativos da REEJ, principalmente as comunidades Praia do Sono e Ponta Negra, queria compreender quais os impactos do turismo os moradores

consideram que atingem a segunda, principalmente para entender se veriam como negativos ou positivos, todavia não cabia como objetivo a realização de estudos do impacto no meio ambiente em que se insere a localidade.

Como proposta futura, sugere-se que haja mais estudos acerca da comunidade da Ponta Negra e das comunidades caiçaras presentes na REEJ relacionadas com o turismo, já que ao realizar esta pesquisa a autora obteve dificuldades em encontrar referenciais teóricos. Compete também, para estudos futuros, analisar a oferta e demanda turística a fim de compreender qual a motivação e fatores determinantes dos turistas que frequentam a localidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, José. **O Turismo na Periferia do Capitalismo: a revelação de um cartão postal**. 2008. Doutorado (Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo**. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. 2007. Brasília.

BREUILLAC, Eric Francis Victor. **O caçara e a questão fundiária no município de Paraty, RJ**. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado de Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [S. l.], 2022.

CÂNDIDO, Luciane Aparecida. **Turismo em Áreas Naturais Protegidas**. EDUSC, 2005.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília, 19 de julho de 2000.

CUNHA, Paloma Sol Hertz. **Modos de vida e de produção caçara e manejo local da Mata Atlântica**. UFRJ, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p.

DIEGUES, Antonio Carlos; NOGARA, Paulo José Navajas. **Nosso lugar virou parque**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2005, 175 p.

DOS ANJOS, KARINARA LIRA. **Turismo em cidades litorâneas e seus impactos ambientais urbanos: o caso de Porto de Galinhas, PE**. 2005. Dissertação (Curso de Pós-Graduação Strictu-Sensu) - UFPE, [S. l.], 2003.

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. **Por que devemos falar sobre a valorização de Comunidades e Povos Tradicionais no Brasil?**. FGV, [s. l.], 14 nov. 2022. <Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/devemos-falar-sobre-valorizacao-comunidades-e-povos-tradicionais-brasil>> Acesso em: 17 de abril de 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. <Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br>> Acesso em: 13 de outubro de 2022.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Reserva Ecológica Estadual da Juatinga**, Governo do Estado do Rio de Janeiro. <Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br>> Acesso em: 13 de outubro de 2022.

MACIEL, Victor. **Turismo será responsável por quase 8 milhões de empregos e 7,8% do PIB do Brasil em 2023, afirma WTTC**. [S. l.]: Assessoria de Comunicação do Ministério do Turismo, 2023. <Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-sera-responsavel-por-quase-8-milhoes-de-empregos-e-7-8-do-pib-do-brasil-em-2023-afirma-wttc>> Acesso em: 19 de agosto de 2023.

MELIANI, Paulo Fernando. **Um olhar geográfico sobre os desafios e as possibilidades do turismo em áreas protegidas**. In: SUTIL, Thaise; LADWIG, Nilzo Ivo; DA SILVA, José Gustavo Santos. *Turismo em Áreas Protegidas*. CRICIÚMA, 2021. cap. 4.

NAKASHIMA, Sérgio Kaoru *et al.* **A História do Turismo: epítome das mudanças**. *Turismo e Sociedade*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-20, 2015. Niterói, 2021.

PIRES, Paulo dos Santos. **Proposta para a adequação da tipologia e para a identificação dos componentes biofísicos dos atrativos naturais nos destinos de ecoturismo no Brasil**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 7, n. 3, 2013, pp. 398-418. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

RANGEL, L *et al.* **Impactos ambientais causados pela utilização de trilhas na Reserva Ecológica da Joatinga, Paraty, RJ**. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*, Niterói, v. 1, n. 3, 2013.

RIO DE JANEIRO. **Decreto estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992**. Cria a Reserva Ecológica de Juatinga, no Município de Paraty, e dá outras providências. 1992.

ROCHA, Willian Silva da. **Ferramentas de R-existência Caiçara: Temporalidades, Trajetórias e Territórios em Paraty/RJ**. Niterói, 2021. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,

RYLANDS, A. B. & BRANDON, K. **Unidades de conservação brasileiras.** Megadiversidade, [s. l.], v. 1, n. 1, 1 jul. 2005.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional.** 5. ed. rev. [S. l.]: Companhia editora nacional, 1987. v. 380.

SOARES, Tainá Miê Seto. **História Ambiental dos caixaras da Península da Juatinga/RJ e sua relação com a conservação da natureza.** Monografia (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Unidades de Conservação no Brasil.** 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Roteiro de base desenvolvida aos moradores

1. Nome
2. Ocupação
3. Idade
4. Onde nasceu? E se reside ou já residiu na comunidade?
5. Quais os períodos de maior fluxo de visitantes? No fim desse período, como a localidade é deixada?
6. Na sua opinião, o que acha de positivo e negativo do turismo?
7. A coleta de lixo é feita pela prefeitura, certo?! A forma como é feita, atende a comunidade? É da mesma forma na baixa e alta temporada?

APÊNDICE 2 - Entrevista desenvolvida para a gestão da REEJ

1. Achei duas informações divergentes no site, as comunidades caiçaras são 16? Praia do Sono, Ponta Negra, Cairuçu das Pedras, Saco das Anchovas, Martim de Sá, Ponta da Juatinga, Saco Claro, Saco da Sardinha, Pouso da Cajaíba, Itanema, Calhaus, Praia Grande da Cajaíba, Ponta da Romana, Cruzeiro, Baixio e Praia Grande.
2. Quais delas possuem luz elétrica atualmente?
3. O INEA faz fiscalizações nas comunidades em algum período? E o que fiscaliza exatamente nelas? E caso a resposta seja divergente de acordo com as comunidades, o que se fiscaliza na Ponta Negra?